

AUDITOR FISCAL

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA E MODELO DE CONTROLE - MCA

Questão 1

No Brasil, a fiscalização e o controle do comércio exterior se inserem no âmbito do Ministério da Fazenda.

Com relação a esse modelo estrutural, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fixação e a aplicação de medidas de defesa comercial, como direitos *antidumping*, destacam-se entre as funções de proteção à sociedade desempenhadas pela Aduana brasileira.
- (B) O papel relevante da Aduana brasileira, a partir das reformas que ocorreram nas décadas de 1950 e 1960, passou a ser a facilitação do comércio.
- (C) A Aduana brasileira, tal qual outras aduanas, desempenha funções de regulação econômica e funções relacionadas à segurança pública e do Estado e à proteção da sociedade.
- (D) A fiscalização e o controle do comércio exterior são funções privativas do Ministério da Fazenda, sendo a atuação de outros órgãos, em temas como agricultura e saúde, inconstitucional.
- (E) O modelo brasileiro, apesar de não ser o mais comumente adotado internacionalmente, apresenta claras vantagens, como a rápida interconexão de sistemas e processos de trabalho conjuntos.

Questão 2

Com relação aos processos de trabalho na RFB e suas interações no fluxo do comércio internacional, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Há processos de trabalho exclusivamente aduaneiros e processos de trabalho comuns às áreas tributária e aduaneira.
- () O fluxo de comércio internacional pode ser significativamente impactado pelos processos de trabalho aduaneiros.
- () Os processos de trabalho relativos a “*capacitar e desenvolver pessoas*” e a “*realizar governança de TI*” são comuns a várias áreas da RFB, mas em temas aduaneiros possuem forte influência internacional.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

Questão 3

As aduanas modernas enfrentam diversos desafios decorrentes da natureza de suas atividades. Diante do cenário que vem se desenvolvendo mundialmente, de aumento do volume e complexidade do comércio internacional (com surgimento de novos modelos comerciais e crescentes expectativas logísticas), com simultâneo incremento das atividades do crime organizado e das ameaças à segurança, surgem orientações que propõem possíveis soluções estratégicas para permitir uma melhor atuação no sentido do controle sobre o movimento transfronteiriço de mercadorias, sem obstaculizar as operações legítimas do comércio exterior, que devem ser facilitadas.

No contexto do cenário apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A colaboração Aduana-Empresa manifesta-se por meio da celebração de acordos estratégicos com o setor privado e de medidas de facilitação adicional para operadores que apresentem alto grau de conformidade, como os Operadores Econômicos Autorizados.
- (B) O Marco SAFE da OMA prioriza a segurança das atividades de comércio exterior, em detrimento da agilidade, considerando o incremento do crime organizado e dos casos de pirataria nas rotas comerciais e nas áreas de fronteira, portos e aeroportos.
- (C) As boas práticas aduaneiras internacionais recomendam modelos de controle aduaneiro que privilegiam a antecipação da informação, o uso de ferramentas tecnológicas, a celeridade na liberação e a vedação a auditorias posteriores à liberação de mercadorias.
- (D) A gestão de riscos baseada em informações antecipadas e na análise de casos pretéritos não é recomendável, tendo em vista que essa ação, internacionalmente, não otimiza a alocação dos escassos recursos públicos disponíveis para a fiscalização aduaneira.
- (E) A luta contra a corrupção é uma tarefa importante em todas as esferas da administração pública, e os princípios estabelecidos na Declaração de Quioto contemplam ações sobre integridade específicas para as administrações aduaneiras.

Questão 4

No Brasil, o Decreto nº 8.229/2014 implementou o Portal Único de Comércio Exterior, iniciando o processo rumo à criação do *Single Window*, disposição com menor índice mundial de cumprimento do Acordo sobre a Facilitação do Comércio, da OMC.

Assinale a opção que contém um dos pilares do Portal Único de Comércio Exterior brasileiro.

- (A) O uso de tecnologia da informação e de ferramentas de inteligência artificial para o compartilhamento de dados com órgãos públicos e com o setor privado.
- (B) A integração entre órgãos do governo, sob coordenação conjunta da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), do Ministério da Fazenda e do Ministério da Justiça.
- (C) A uniformidade de critérios é alcançada por meio da centralização do gerenciamento de riscos e da elaboração de planos de fiscalização por equipe nacional da RFB, em conjunto com órgãos intervenientes.
- (D) O redesenho dos processos, com revisão dos processos de exportação e importação, com vistas à máxima eficiência e à eliminação de etapas e exigências redundantes ou desnecessárias.
- (E) A participação do setor privado na implantação de base informatizada não governamental que substitua o atual Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior).

Questão 5

A gestão de riscos é uma ferramenta muito importante para as ações de fiscalização e controle aduaneiro, tendo em conta que o universo de operações de importação e exportação cresce a cada ano em patamares superiores ao aumento no número de servidores da RFB.

No que se refere à *gestão de riscos*, assinale a informação **incorreta**.

- (A) A gestão de riscos é uma das principais ferramentas para a fluidez no despacho e a efetividade das ações aduaneiras, e objetiva melhores resultados a partir da correta seleção de declarações e operações a analisar mais detidamente.
- (B) A seletividade em matéria aduaneira, baseada em gestão de riscos, concentra-se exclusivamente no curso do despacho aduaneiro, na definição dos canais de conferência aduaneira, etapa que ocorre antes da liberação das mercadorias.
- (C) A seletividade em matéria aduaneira, baseada em gestão de riscos, permite que em 80% a 90% das importações e das exportações, haja liberação automática das mercadorias (no chamado canal verde de conferência aduaneira).
- (D) A aplicação de procedimentos mais intervencionistas está associada, em geral, à impossibilidade de antecipar ou postergar a produção de provas ou à impossibilidade de fazer cessar o dano ao bem jurídico tutelado sem a apreensão da mercadoria.
- (E) A gestão de riscos eficaz, aliada a outros fatores, como a utilização intensiva de tecnologia, gera indiscutível efeito positivo na redução dos tempos de liberação das mercadorias, o que contribui para a fluidez do comércio e a inserção da economia brasileira no cenário internacional.

CONTROLE DE CARGA, FLUXO DE INFORMAÇÕES E GESTÃO COORDENADA DE FRONTEIRAS - CCA

Questão 6

O *manifesto de carga* é um documento obrigatório emitido pelo transportador e nele constam informações das mercadorias que foram carregadas em um ponto no exterior e terão como destino um determinado local em território nacional. Em cada local de desembarque, o veículo deverá apresentar tantos manifestos forem os locais em que houve carregamento no exterior.

Com base nos requisitos impostos pela Receita Federal do Brasil, o manifesto de carga deverá, obrigatoriamente, conter

- (A) a relação dos sobressalentes de bordo e das unidades de carga vazias que são transportadas no veículo em viagem internacional.
- (B) o número das faturas comerciais e os respectivos romaneios de carga associadas ao conhecimento de carga e transportada no veículo.
- (C) a data, o local, o nome e a assinatura do agente de cargas emissor dos conhecimentos que estão sendo transportados.
- (D) a lista de licenças, permissões, certificados ou outros documentos deferidos por órgãos anuentes que autorizaram o embarque da mercadoria no exterior.
- (E) a identificação do consignatário de cada conhecimento de carga relacionado no manifesto de carga.

Questão 7

Relacione o tipo de *declaração de trânsito* à sua utilização e a seu beneficiário.

- 1. DTA-EC – Declaração de Trânsito Aduaneiro de entrada comum
 - 2. DTC – Declaração de Trânsito de Contêiner
 - 3. DTT – Declaração de Trânsito de Transferência
 - 4. DTI – Declaração de Transbordo ou Baldeação Internacional
- () Utilizada para permitir o trânsito aduaneiro de cargas estrangeiras não acobertadas por conhecimento de transporte internacional. Os beneficiários desse trânsito podem ser os mais diferentes intervenientes, a depender da finalidade desse trânsito.
- () Utilizada na importação para transferir a carga de um local alfandegado para outro, com a finalidade de promover o despacho aduaneiro nesse último. Os beneficiários desse trânsito podem ser o importador da mercadoria, o consignatário indicado no conhecimento, o transportador ou o depositário autorizado pelo importador.
- () Utilizada para acobertar a transferência de cargas estrangeiras entre aeronaves chegadas em aeroportos internacionais alfandegados em território nacional que terão como destino o exterior. O beneficiário dessa declaração é o transportador que embarcará para o exterior.
- () Utilizada para transferir um tipo específico de unidade de carga do local de seu descarregamento de uma embarcação para um recinto alfandegado localizado na mesma unidade local da Receita Federal do Brasil. Tem como beneficiário o depositário do recinto alfandegado de destino do trânsito.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 3 – 4 – 2 – 1.
- (B) 4 – 3 – 1 – 2.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 2 – 1 – 4 – 3.

Questão 8

O controle aduaneiro exercido pela Receita Federal do Brasil em pontos de fronteira, aeroportos e portos alfandegados localizados em zona primária baseia-se no controle e inspeção de mercadorias e de veículos que ingressam ou saem do território nacional.

Para esse fim, o responsável pelo transporte de mercadorias deve prestar informações contidas em documentos similares ao abaixo:

Sobre os requisitos de um *conhecimento de carga*, analise as seguintes assertivas:

- I. As informações contidas em um conhecimento variam de acordo com o modal de transporte utilizado e das regulamentações específicas aplicáveis a cada modal;
- II. Informações como os dados do veículo, a data de assinatura do contrato de transporte, o embarcador (remetente), e o consignatário da carga (destinatário) são comuns aos conhecimentos de carga independentemente do modal de transporte;
- III. O número de identificação de um conhecimento é único somente no modal aéreo, visto a implementação do sistema CCT Importação para o controle de cargas nesse modal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 9

O controle do regime especial de trânsito aduaneiro é exercido desde a habilitação do transportador para operar no regime, a aprovação de rotas que o veículo percorrerá, o controle de garantia dos tributos suspensos, a aposição de elementos de segurança para a integridade da carga, até o armazenamento da carga com ou sem divergência no destino do trânsito.

Sobre essas etapas, analise as assertivas a seguir.

- I. O laque é a única cautela fiscal prevista na norma vigente que garante a integridade do veículo e da carga transportada sob o regime de trânsito aduaneiro, desde a sua origem até o seu destino.
- II. Um veículo em trânsito aduaneiro que sofra um acidente durante o percurso que impeça a continuidade da viagem, deverá ter suas cargas transferidas imediatamente para outro veículo para completar o percurso dentro do prazo estabelecido, sem a necessidade de qualquer outra providência.
- III. Na chegada do veículo em trânsito ao destino, a conclusão do regime ocorrerá de forma automática caso não se verifique a violação dos elementos de segurança e o armazenamento seja informado sem divergências.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

DESPACHO ADUANEIRO OPERACIONAL - DDA

Questão 10

Quanto ao despacho aduaneiro de importação processado por DI, assinale a afirmativa correta.

- (A) A verificação da mercadoria pode ser realizada por Analista Tributário da Receita Federal do Brasil sem supervisão.
- (B) A entrega da mercadoria só poderá ser realizada após o desembaraço.
- (C) O registro da DI sempre ocorre após a chegada da carga.
- (D) A exigência de recolhimento de tributos no curso da conferência aduaneira pode ser feita no sistema, não sendo necessária a lavratura de Auto de Infração.
- (E) Uma DI desembaraçada não pode ser cancelada.

Questão 11

Com relação às diferenças entre o despacho de importação processado por DI e o despacho processado por Duimp, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Duimp pode ser registrada antes da chegada da carga em qualquer tipo de importação; já a DI só pode ser registrada antes da chegada da carga em determinadas situações previstas em norma.
- II. No despacho processado por Duimp, o LPCO pode ser obtido após o seu registro, diferentemente da LI, que necessita ser obtida antes do registro da DI.
- III. O canal de conferência da Duimp é único e corresponde ao nível de conferência mais gravoso dentre os indicados pela RFB e pelos órgãos anuentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 12

O Auditor-Fiscal *João Jogo Duro*, ao realizar a conferência aduaneira de uma DI selecionada para o canal amarelo, na qual foram declaradas três mercadorias distintas (X, Y e Z), ficou em dúvida sobre a correta classificação fiscal da mercadoria X, pois sua descrição estava incompleta.

Por esse motivo, visando identificar melhor a mercadoria X para determinar a sua correta classificação fiscal, João solicitou a verificação da mercadoria X, especificando na solicitação que a verificação seria somente da mercadoria X e destinada à sua identificação. A verificação solicitada por João foi distribuída para o Analista *José Criterioso*, que compareceu ao Recinto Alfandegado onde estavam depositadas as mercadorias e, mesmo sem o comparecimento do importador, procedeu à verificação da mercadoria na presença do preposto do depositário e lavrou o Relatório de Verificação Física (RVF).

À luz da narrativa apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) *João Jogo Duro* não poderia solicitar a verificação da mercadoria, pois a DI foi selecionada para canal amarelo de conferência aduaneira.
- (B) A verificação da mercadoria teria que ser feita por *João Jogo Duro* pessoalmente, pois se trata de DI selecionada para canal amarelo.
- (C) *João Jogo Duro* poderia solicitar a verificação da mercadoria se a importação tivesse sido declarada por Duimp, registrada antes da chegada da carga e selecionada para canal amarelo.
- (D) *José Criterioso* não poderia realizar a verificação da mercadoria sem a presença do importador.
- (E) *José Criterioso* não precisava ter lavrado Relatório de Verificação Física, bastando a comunicação verbal do resultado da verificação ao Auditor *João Jogo Duro*.

Questão 13

Relacione os canais de conferência listados a seguir ao tipo de declaração ou procedimentos aplicáveis.

1. Canal único
 2. Canal vermelho
 3. Canal verde
- () Desembarço Automático
() Duimp
() Exame documental e verificação da mercadoria

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 2 – 1 – 3.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 1 – 3 – 2.
- (E) 1 – 2 – 3.

Questão 14

Com relação ao Novo Processo de Importação (NPI), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O LPCO sempre é concedido para utilização em uma única operação de importação (Duimp).
- () A uma Duimp não selecionada para conferência aduaneira, mas selecionada para exame documental pelo único órgão anuente, será atribuído canal único amarelo.
- () A conclusão da conferência aduaneira implicará o desembarço da Duimp, mesmo que a conferência do anuente ainda não esteja concluída.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Questão 15

O Art. 74, §2º, aborda o efeito de uma declaração de compensação enviada à Receita Federal. Esse parágrafo tem o seguinte texto:

§ 2º A compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

Sobre a compensação, esse texto legal e seus efeitos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A declaração de compensação, para surtir efeitos, precisa ser homologada pela Receita Federal.
- (B) A declaração de compensação é forma suspensiva do crédito tributário. isto é, esse crédito só pode ser cobrado após a não homologação por parte da Receita Federal.
- (C) A declaração de compensação é forma de extinção do crédito tributário, isto é, uma vez feita a compensação, o crédito está extinto. Essa extinção, todavia, pode ser revista pela Receita Federal.
- (D) A declaração de compensação é forma de extinção do crédito tributário, isto é, uma vez homologada, o crédito tributário está extinto.
- (E) A declaração de compensação é forma de suspensão do crédito tributário. A essa suspensão, há cláusula resolutiva de suspensão, convertendo em extinção do crédito tributário.

Questão 16

O sistema Programa Eletrônico de Restituição ou Declaração de Compensação (Per/Dcomp) é a interface entre o pedido de direito creditório dos contribuintes e os sistemas de processamento da RFB. É por meio dessa interface que os sujeitos passivos conseguem pedir um valor.

Sobre o programa Per/Dcomp, assinale a afirmativa correta.

- (A) O programa existe desde o ano de 1999. Ou seja, ele antecede, inclusive, a declaração eletrônica do Imposto de Renda da Pessoa Física.
- (B) O sistema conta hoje com duas interfaces. Uma instalável e outra Web. A diferença entre elas é que uma é para pessoas físicas, e, a outra, para pessoas jurídicas.
- (C) Apesar da evolução do sistema, e de um longo histórico de melhorias, ainda há situações nas quais uma solicitação de direito creditório pode ser feita ou na forma eletrônica ou em formulário (pedido “em papel”).
- (D) Um dos papéis do programa Per/Dcomp é indicar, precisamente, a origem do direito creditório pleiteado, isto é, qual apuração, qual tributo, qual valor, qual correção, quando ocorreram os recolhimentos, entre outras características.
- (E) Existe um único direito creditório que não pode ser solicitado pelo programa Per/Dcomp. Esse direito creditório é a restituição da pessoa física, decorrente da declaração de imposto de renda da pessoa física.

Questão 17

O mecanismo que trata os dados enviados pelo programa Per/Dcomp é o Sistema de Controle de Créditos e Compensações (SCC). Ele é a porta de entrada dos dados informados pelos sujeitos passivos.

Sobre o SCC e o direito creditório, assinale a afirmativa correta.

- (A) O SCC é capaz de consultar diversas bases de dados. Ao obter as informações necessárias, o SCC é capaz de decidir sobre um Per/Dcomp, reconhecendo ou negando um direito creditório, sem o auxílio de um Auditor Fiscal.
- (B) O SCC é capaz de receptionar, mas não é capaz de decidir sobre um direito creditório. Isso é, ele é a porta de entrada de um Per/Dcomp, mas nunca é “a porta de saída”.
- (C) Como esperado, o SCC por vezes decide a favor ou contrário aos pedidos dos contribuintes. Nos casos de pedidos contrários, há a necessidade de cientificação do contribuinte. Essa ciência é feita e controlada com o auxílio de algum servidor da Receita Federal, exigindo intervenção no SCC.
- (D) O SCC se relaciona com diversos sistemas da RFB. Todavia, como a restituição da declaração de imposto de renda da pessoa física não é feita por Per/Dcomp, não há relação entre o SCC e a declaração de imposto de renda da pessoa física.
- (E) Todos os pedidos de direito creditórios são processados pelo SCC, ainda que não sejam decididos por ele.

Questão 18

A cobrança do crédito tributário, além de suas garantias, ainda possui outras ferramentas.

Sobre essa cobrança e suas medidas coercitivas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cobrança amigável é o prazo de 30 dias no qual um crédito tributário confessado pelo contribuinte pode ser cobrado, sem outras ações.
- (B) O prazo de 90 dias para envio dos débitos para inscrição em dívida ativa da União tem seu termo inicial no vencimento do tributo.
- (C) Entre as medidas coercitivas a serem implementadas pela RFB está a comunicação aos bancos públicos, para não liberação de créditos oriundos de fundos públicos.
- (D) Finalizada a cobrança amistosa sem o pagamento do crédito tributário, o débito é inscrito em dívida ativa da União. Essa inscrição dá início à fase de execução da dívida.
- (E) O Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Lei nº 13.496 é o único parcelamento do qual o contribuinte pode ser excluído, em face de cobrança administrativa.

Questão 19

A inscrição no CNPJ deve ser feita por meio do Portal Nacional da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), no endereço <https://www.gov.br/redesim>.

Assinale a opção que indica os passos que o interessado deve seguir para a abertura de uma matriz ou filial.

- (A) Fazer uma pesquisa posterior de viabilidade.
- (B) Prestar informações no Coletor Nacional (CNPJ) e gerar o Documento Básico de Entrada (DBE).
- (C) Apresentar a documentação no órgão de registro, na RFB e nos bancos conveniados.
- (D) Fazer os registros, as inscrições e as certidões – conferência documental.
- (E) Realizar os licenciamentos, a análise de conformidade e a análise técnica.

Questão 20

As restituições e as compensações são institutos postos a uso dos contribuintes. Todavia, nem sempre é possível realizar uma declaração compensação ou mesmo um pedido de restituição. Um dos casos se relaciona com a DIRPF (Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física).

Sobre a DIRPF e o direito creditório, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A restituição decorrente da DIRPF não pode ser compensada por meio do programa Per/Dcomp.
- (B) A restituição decorrente da DIRPF não pode ser solicitada no Programa Per/Dcomp.
- (C) A restituição decorrente da DIRPF pode, sim, ser compensada. Mas somente de ofício, ou seja, não pode ser compensada a pedido do contribuinte.
- (D) Valores pagos a maior pelas pessoas físicas podem ser objeto de pedido de restituição, desde que esse pagamento não faça parte da apuração da DIRPF. Um exemplo de valor que não pode ser objeto de restituição, por meio do programa Per/Dcomp, é a retenção na fonte sofrida pela pessoa física.
- (E) No caso de pagamento obrigatório de carnê-leão, como regra, os valores pagos podem ser levados tanto à DIRPF quanto solicitados pelo programa Per/Dcomp. Nesse caso, o pedido só pode ser de restituição, e não de compensação.

Questão 21

A DCTFWeb mudou de nome. Antes, ela se chamava Declaração de Débitos e Créditos Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos. Todavia, com a revogação da DCTF e a criação do MIT, a DCTFWeb não aborda mais apenas tributos previdenciários.

A DCTFWeb deve ser entregue à RFB informando os tributos federais devidos e as respectivas formas de extinção ou suspensão para cada tributo.

Os débitos na DCTFWeb são gerados, regra geral, a partir das informações prestadas na

- (A) eSocial e na Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).
- (B) Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e na Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).
- (C) Escrituração Contábil Digital (ECD) e na eSocial.
- (D) eSocial e na Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- (E) Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e na Escrituração Contábil Digital (ECD).

Questão 22

A pandemia da Covid-19 causou impactos que afetaram o fluxo de caixa e as atividades socioeconômicas das empresas. Diante deste cenário, na tentativa de minimizar os danos e compensar esses impactos, o governo federal instituiu diversos benefícios fiscais.

Sobre a concessão de benefícios fiscais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em situações de calamidade pública, a concessão de benefício fiscal pode ser efetuada por meio de Medida Provisória.
- (B) Ao requerer a concessão de benefício fiscal no âmbito da RFB, via de regra, o requerente não precisa comprovar sua regularidade fiscal. Essa comprovação é exigida apenas para alguns tipos de benefícios.
- (C) A instituição de um benefício fiscal visa sempre o alcance de objetivos privados, uma vez que a empresa beneficiada não tem nenhuma contrapartida a ser fornecida ao governo.
- (D) Todo e qualquer benefício fiscal pode ser concedido apenas por meio de lei específica.
- (E) A concessão de um benefício fiscal pode ser por meio de lei, geral ou específica, ou por Medida Provisória, a depender do tipo de benefício.

Questão 23

O arrolamento de bens é um procedimento utilizado no âmbito tributário com o objetivo de garantir o cumprimento de uma obrigação tributária, evitando que o contribuinte esvazie o seu patrimônio durante a fase de julgamento no contencioso administrativo.

Sobre esse processo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O arrolamento de bens não impede a alienação de um bem que esteja arrolado. Porém, para efetuar a venda desse bem, o contribuinte deve comunicar o fato à União e apresentar outro, de valor igual ou superior, para ser arrolado em substituição.
- (B) Os bens passíveis de arrolamento devem ser, prioritariamente, bens móveis sem necessidade de registro público.
- (C) O arrolamento de bens implica automaticamente na penhora dos bens do contribuinte, tornando-os indisponíveis para qualquer transação.
- (D) O arrolamento se encerra, na RFB, com o parcelamento do crédito tributário que lhe deu causa.
- (E) O arrolamento de bens é uma medida que só pode ser aplicada quando a dívida tributária é de valor inferior a R\$ 2.000.000,00.

Questão 24

A medida cautelar fiscal é uma ferramenta utilizada pela administração tributária para garantir a efetividade da cobrança de créditos tributários.

Sobre essa medida cautelar fiscal, assinale a opção correta.

- (A) Ela não pode ser estendida aos sócios e administradores com poder de gestão no período do fato gerador ou do inadimplemento.
- (B) Ela pode ser adotada apenas em casos em que a dívida tributária ultrapasse cinquenta por cento do patrimônio conhecido do devedor.
- (C) Ela tem como objetivo garantir a futura cobrança do crédito tributário, podendo ser aplicada antes da constituição do crédito tributário, como, por exemplo, nos casos em que existir a dilapidação do patrimônio do devedor.
- (D) Ela é obrigatória para todos os contribuintes que possuam dívidas tributárias, independentemente de sua situação financeira.
- (E) O contribuinte que alienar bem arrolado sem comunicar à RFB e sem oferecer bem em substituição, não se sujeita à propositura de medida cautelar fiscal.

Questão 25

Considere os casos a seguir.

- I. Uma viajante voltou do exterior trazendo consigo um *smartphone* e fones de ouvido, acompanhados da fatura de compra, no valor total de US\$ 1.448,00. Como o valor dos bens trazidos como bagagem acompanhada excedeu a cota de isenção, ela se dirigiu ao canal “Bens a declarar”, onde acessou a aplicação e-DBV e preencheu a Declaração Eletrônica de Bens do Viajante, efetuando o pagamento do Imposto de Importação por meio de pix. Foi atendida por uma Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que recepcionou a e-DBV no respectivo sistema, conferiu a bagagem e os documentos comprobatórios e verificou que o imposto já estava pago no sistema. Desse modo, a autoridade aduaneira liberou a viajante para a área do *Duty Free*.
- II. É chegada a hora de prestar as contas com o Fisco em relação aos rendimentos recebidos no ano-calendário anterior. O contribuinte baixou o programa do IRPF e preencheu a Declaração de Ajuste Anual utilizando a opção de iniciar a declaração a partir da pré-preenchida. Ainda assim, ele teve o cuidado de conferir se as informações recuperadas conferiam com os comprovantes que possuía em mãos. O resultado da declaração foi um imposto a pagar no valor de R\$ 483,56. Estando os dados corretos, ele transmitiu a declaração e, depois, efetuou o pagamento do DARF gerado, por meio do seu aplicativo da sua instituição bancária.

Nos casos acima, estamos diante dos seguintes tipos de lançamento, respectivamente,

- (A) lançamento por declaração; lançamento por estimativa.
- (B) lançamento por homologação; lançamento por declaração.
- (C) lançamento por declaração; lançamento por homologação.
- (D) lançamento de ofício; lançamento por declaração.
- (E) lançamento por declaração; lançamento de ofício.

Questão 26

Nos autos de uma ação ordinária, em que se postula a imunidade tributária com relação à contribuição previdenciária patronal, um hospital obteve antecipação de tutela suspendendo a exigibilidade da referida contribuição.

Com base nessa decisão, o contribuinte não declarou o correspondente valor em DCTFWeb.

Sobre a hipótese apresentada, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Fisco tem o poder-dever de lançar a parte não declarada, a fim de evitar a prescrição do crédito tributário.
- II. No caso, compete à Receita Federal do Brasil somente a aplicação de multa por apresentação da DCTFWeb com incorreções.
- III. Para evitar a decadência, o Fisco pode/deve efetuar lançamento de ofício da contribuição previdenciária *sub judice* não declarada pelo contribuinte.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 27

Sobre prescrição e decadência, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A prescrição refere-se ao prazo para constituição do crédito tributário por meio de lançamento de ofício.
- II. O prazo de que o Fisco dispõe para efetuar o lançamento, constituindo o crédito tributário, é o prazo decadencial.
- III. Decadência diz respeito ao prazo para constituição do crédito tributário, enquanto prescrição é o prazo para cobrança do crédito tributário constituído; assim, temos que a decadência é forma de extinção enquanto a prescrição é forma de suspensão do crédito tributário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 28

Com relação à revisão do lançamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A impugnação do lançamento interposta tempestivamente impede a autoridade lançadora de rever o lançamento de ofício, cabendo, neste caso, apenas o rito contido no Decreto nº 70.235/72 (PAF).
- (B) Após decisão administrativa definitiva, não mais se autoriza a revisão do lançamento.
- (C) A revisão de ofício pode ser efetuada mesmo após decisão administrativa definitiva, mas antes de que o crédito tributário seja inscrito em Dívida Ativa da União, pois, neste caso, a competência para decidir sobre eventual revisão do lançamento é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- (D) A revisão de lançamento, à luz de fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento, pode ser efetuada mesmo após decisão irrecurável do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, desde que se refira à matéria não apreciada pela autoridade julgadora.
- (E) A revisão de um lançamento de ofício só é possível se o erro verificado puder ser imputado à autoridade lançadora.

ESTADO, SOCIEDADE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Questão 29

O Brasil possui mais de 17.000 km de fronteira, uma das maiores fronteiras terrestres do mundo.

Nesse sentido, se você tivesse que dar continuidade às políticas implementadas pela RFB, sua primeira providência seria

- I. colocar um posto aduaneiro a cada 10 km de fronteira.
- II. multiplicar os quadros de servidores para se compararem aos das maiores potências econômicas do mundo.
- III. usar a tecnologia da informação para compensar a falta de recursos financeiros e humanos e as disponibilidades orçamentárias.
- IV. evitar contratação de mão de obra e substituir todo o quadro por Inteligência artificial e terceirização do processo de fiscalização aduaneiro.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I e IV.

Questão 30

Como preparativo aos jogos olímpicos que aconteceram no Brasil, a RFB foi instada a criar uma forma inteligente e otimizada para receber os viajantes que chegariam nos portos e aeroportos. Neste sentido, surgiu o projeto IRIS de reconhecimento facial de viajantes.

Esse projeto é um exemplo de

- I. abuso de autoridade, pois escaneia indiscriminadamente a IRIS dos passageiros.
- II. uso de leitura de onda cerebrais para identificar passageiros que apresentem sinais de *stress*.
- III. gestão de risco e inteligência.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 31

Acerca da tecnologia *blockchain*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Foi criada unicamente para permitir que houvesse a lavagem de dinheiro e ser um desafio contra o estado democrático pela sonegação de impostos e promoção do crime organizado.
- (B) Cada nó (*node*) se interliga com todos os demais nós (*nodes*). Conceito também chamado de *peer-to-peer*.
- (C) Foi usada uma única vez na história pelos submarinos alemães da segunda guerra mundial para criptografar suas mensagens.
- (D) Funciona unicamente com conexões de satélite ultrarrápidas, não funcionando com o paradigma tecnológico disponível pela maioria dos usuários do Brasil ou da RFB.
- (E) É uma tecnologia estudada no mundo acadêmico com previsão de oferecer resultados nos próximos cinco anos.

Questão 32

Se você estivesse diante do problema de criar uma rede “federativa” para compartilhamento de dados, o projeto da RFB em que você se inspiraria seria no projeto

- (A) COMPARTILHA-RFB, pois utiliza a tecnologia inovadora *punkchain* baseada no modelo cliente-servidor.
- (B) b-CONNECT ou no projeto b-CPF, pois utilizam a tecnologia inovadora *blockchain*.
- (C) IRIS de reconhecimento facial, pois utiliza o paradigma da força bruta e chaves importadas da Europa.
- (D) COMPARTILHA-RFB, pois utiliza a tecnologia inovadora de par de chave Americana/Russa.
- (E) ZERO-DADOS, pois utiliza a tecnologia inovadora *punkchain*.

Questão 33

A visão comparativa do mapa do Brasil com o mapa de países europeus, que possuem muito mais recurso e menos desafios, evidencia a necessidade de que as iniciativas e projetos da RFB sejam muito bem planejadas.

Neste sentido, para otimizar o sucesso das ações da RFB é sugerido

- (A) buscar a maior dotação orçamentária possível junto ao congresso nacional. De preferência, reduzindo os investimentos em educação e em saúde para favorecer aos interesses da RFB, pois ela é o órgão mais importante do país.
- (B) usar recursos financeiros de instituições internacionais, comprando soluções de prateleira já testadas nos países europeus para resolver os problemas locais da RFB no Brasil.
- (C) usar a tecnologia da informação para compensar a falta de recursos financeiros e de gente (recurso humano).
- (D) mostrar que a RFB não tem limitações que justifiquem a necessidade de ações mitigatórias neste sentido.
- (E) evitar contratação de mão de obra nova, aposentar a atual e substituir todo o quadro por Inteligência artificial apenas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E FLUÊNCIA EM DADOS II

Questão 34

Com relação ao armazenamento no Hbase, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Somente os dados intrínsecos das declarações são armazenados.
- II. A localidade geográfica e sua coordenada latitude e longitude da transmissão é armazenada.
- III. Além dos dados, também são armazenadas informações adicionais relacionadas à recepção dos arquivos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 35

Sobre o sistema ContÁgil, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O ContÁgil foi desenvolvido por uma parceria entre as três principais *BigTech* que atuam no Brasil.
- II. O ContÁgil é exclusivamente uma ferramenta utilizada individual e localmente por servidores e servidoras da RFB e não se comunica com o ambiente de big data da instituição.
- III. Atualmente, o ContÁgil deixou de ser apenas uma ferramenta utilizada individualmente por servidores(as) da RFB e se tornou uma plataforma de desenvolvimento que integra o trabalho realizado nas estações de trabalho com o potencial de armazenamento e processamento do ambiente de *big data* da instituição.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 36

O Art. 29 da Portaria RFB nº 206/2022 delegou competência à Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação (Cotec) para publicar as normas complementares à Política de Governança de Dados do Ambiente Analítico.

Quanto à finalidade das normas complementares, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Determinar a interpretação das normas postas na Política, respeitadas as competências do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI) e do Subcomitê de Governança de Dados (SCGD).
- II. Detalhar a forma de atuação dos servidores no ambiente analítico em razão dos papéis que assumem.
- III. Definir a norma aplicável nos casos não claramente regradados pela Política de Governança de Dados, respeitadas as competências do CTSI e do SCGD e desde que não constitua inovação na Política.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 37

As opções a seguir apresentam ferramentas usadas para acessar o ambiente analítico da RFB, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Hadoop User Experience (HUE).
- (B) ContÁgil.
- (C) Jupyter Lab.
- (D) Power BI.
- (E) Tableau.

Questão 38

Considerando o histórico do *analytics* na RFB, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *ContÁgil* é um *software* de mercado, que apresenta diversas funcionalidades como *plugins*, *grafos* e *scripts*.
- (B) O *DW* é uma ferramenta adequada para cruzamento de grandes volumes de dados, em especial os oriundos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
- (C) O *Receita Data*, baseado na tecnologia *Hadoop*, consiste em um *cluster* com centenas de computadores que realizam armazenamento e processamento distribuído, com elevada capacidade de memória, CPU e discos e que permite o escalonamento horizontal por meio de adição de novas máquinas ao *cluster*.
- (D) O *Receita Nuvem*, ambiente em contratação, tende a aumentar os custos de *analytics*, uma vez que se paga pelos serviços consumidos e pelo recurso computacional ocioso.
- (E) O *Power BI* é uma ferramenta líder de mercado na qual se pode construir *dashboards* que devem ser atualizados manualmente, uma vez que não se pode utilizar os dados disponíveis no *Receita Data*.

SIGILO FISCAL

Questão 39

A respeito dos aspectos gerais do sigilo fiscal, avalie a afirmativa correta.

- (A) As solicitações de dados protegidos por sigilo fiscal por autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que cumpridos todos os requisitos, serão atendidas.
- (B) O dever de observância ao sigilo fiscal não está expressamente consignado no Código Tributário Nacional (CTN).
- (C) A permissão de compartilhamento de dados sigilosos concedida pelo Art. 198, inciso II, §1º, do CTN, não abrange as sindicâncias patrimoniais e os processos administrativos de responsabilização.
- (D) É dever da Receita Federal inquirir a Justiça sobre suas motivações ao requisitar dados protegidos por sigilo fiscal.
- (E) Quanto à exceção prevista no Art. 198, inciso II, §1º, do CTN, a infração administrativa investigada deve se restringir a agentes públicos, não alcançando, portanto, outras pessoas físicas ou jurídicas.

Questão 40

Quanto às informações protegidas por sigilo funcional, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a correta e (F) para a falsa.

- () A divulgação de informações referentes à dívida ativa da União compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- () A prestação mútua de assistência entre os fiscos para a fiscalização de tributos e permuta de informações, por estar prevista no Art. 199 do CTN, prescinde de previsão em lei ordinária ou convênio.
- () A Receita divulga dados de Incentivo, renúncia, benefício ou imunidade previstos no CTN, Art. 198, § 3º, IV, por meio de transparência ativa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – F.

Questão 41

Em se tratando de informações protegidas por sigilo funcional, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As informações não protegidas por sigilo fiscal não podem ser divulgadas por iniciativa de servidor da RFB, em razão do sigilo funcional.
- () Uma vez lavrado o auto de infração, a RFB deve encaminhar as RFFP ao MPF. Não é necessário aguardar a constituição definitiva do crédito tributário.
- () A Fazenda Pública da União, nos termos do Art. 199 do CTN, pode permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – V.

Questão 42

Quanto à possibilidade de fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A RFB não pode fornecer informações protegidas por sigilo fiscal a senadores, deputados federais, deputados estaduais ou distritais e vereadores.
- (B) Não é possível prestar informações protegidas por sigilo fiscal às Comissões Parlamentares de Inquérito estaduais.
- (C) Poderão ser fornecidas informações protegidas por sigilo fiscal complementares solicitadas pelo MPF ou pela Polícia Federal para instruir procedimentos penais decorrentes de representações fiscais para fins penais.
- (D) Quando a solicitação, com base no Art. 198, §1º, inciso II, do CTN, for amparada em convênio, é necessário verificar se todas as condições e requisitos nele estabelecidos estão sendo cumpridos.
- (E) Para fins de garantia e recuperação de créditos públicos, a RFB pode fornecer à Advocacia-Geral da União informações sobre bens, direitos, rendas e faturamento, disponíveis em quaisquer sistemas da RFB, excetuada a movimentação financeira.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED

Questão 43

Com relação aos eventos da EFD Reinf, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Eventos totalizadores são gerados pelo sistema EFD-Reinf após o envio, pelo contribuinte, de eventos periódicos e de fechamento.
- () Um evento periódico só pode ser enviado pelo contribuinte se o movimento estiver aberto no período de apuração respectivo. Na EFD-Reinf não existe um evento de abertura, mas apenas de reabertura, que deve ser utilizado apenas se o movimento já foi fechado por meio do evento de fechamento.
- () Após o recebimento de um evento de fechamento, o sistema EFD-Reinf gera um evento de tabela, com informações cadastrais consolidadas dos eventos periódicos enviados pelo contribuinte.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

Questão 44

Em relação ao EFD-contribuições, é correto afirmar que ele

- (A) tem periodicidade anual.
- (B) será transmitido no quarto mês subsequente ao ano de referência da escrituração digital.
- (C) será gerado de forma centralizada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica.
- (D) nunca deve ser transmitido no mês de encerramento das atividades da pessoa jurídica.
- (E) é transmitido na forma de um anexo da ECF (Escrituração Contábil Fiscal).

Questão 45

Assinale a opção que contempla apenas tributos cuja demonstração ocorre na EFD-Contribuições.

- (A) Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS)
- (B) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- (C) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
- (D) Contribuição para PIS/Pasep e Cofins
- (E) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)

Questão 46

As opções a seguir apresentam obrigações acessórias existentes antes do e-Social, as quais foram substituídas ou estão em processo avançado de substituição pelo e-Social, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP).
- (B) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT.
- (C) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
- (D) Livro de Registro de Empregados (LRE).
- (E) e-Financeira.

Questão 47

Sobre o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, assinale a afirmativa correta.

- (A) O SPED foi criado a partir de um Protocolo de Cooperação firmado no ano de 2005 entre a Receita Federal do Brasil – RFB e as secretarias de fazenda dos estados. Os municípios, por não possuírem entidades que os representassem, assinaram o protocolo apenas após alguns anos.
- (B) Alguns dos pressupostos mínimos do SPED são a preservação do sigilo fiscal, a eliminação de redundâncias e a obrigação de emissão e de guarda de documentos e livros em papel.
- (C) No âmbito do SPED, a assinatura digital nos documentos eletrônicos não garante a validade jurídica dos livros e documentos na sua forma digital.
- (D) Além das administrações tributárias, nenhum outro órgão participa da administração do SPED.
- (E) A construção conjunta do projeto é um pilar do SPED, com a participação de dezenas de instituições públicas e privadas.

Questão 48

Acerca dos Documentos Fiscais do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e de padrão nacional que formaliza as operações de prestação de serviços no campo de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN foi implantada juntamente com a Nota Fiscal eletrônica - NF-e desde os primeiros anos do SPED.
- II. O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e tem, entre outras, a função de formalizar as operações com transportes de carga nos modais rodoviário, aéreo e ferroviário.
- III. Com a Reforma Tributária do Consumo - RTC, advinda da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, novos documentos fiscais serão criados em substituição aos atuais existentes no âmbito do SPED.
- IV. A NF-e Ouro Ativo Financeiro visa ao controle das operações que envolvem instituições financeiras na primeira aquisição, importação, exportação, operações internas e remessas do ouro, quando ativo financeiro ou instrumento cambial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 49

Com relação à Escrituração Contábil Digital (ECD), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A ECD também é conhecida como SPED Contábil.
- () Todas as pessoas jurídicas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive as equiparadas, as imunes, as isentas, os órgãos públicos, as autarquias e as fundações públicas deverão apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD).
- () Em regra geral, deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), até o último dia útil do ano-calendário a que se refira a escrituração.
- () Todos os livros da escrituração contábil podem ser incluídos na ECD, nas suas diversas formas, sendo que cada livro deve ser enviado separadamente ao ambiente Sped, correspondendo a um arquivo da ECD.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – V – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – F – F – V.

Questão 50

Sobre a ECF (Escrituração Fiscal Contábil), avalie as afirmativas a seguir.

- I. Uma das funcionalidades do Programa Validador da ECF é a recuperação do plano de contas, das contas contábeis e os seus respectivos saldos da ECD relativas ao período da ECF.
- II. Órgãos públicos, autarquias e fundações públicas não estão obrigados a entregar ECF.
- III. Em regra geral, deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a ECF.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO**Questão 51**

Sobre o processo administrativo fiscal federal do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) As decisões administrativas em julgamento de processos fiscais contrárias ao sujeito passivo não impedem que ele ingresse na via judicial com o intuito de discutir a mesma matéria.
- (B) De forma semelhante ao que ocorre com o processo judicial civil, no processo administrativo fiscal o contribuinte deve se fazer representar obrigatoriamente por intermédio de um advogado, sob pena de a impugnação do lançamento não ser conhecida.
- (C) O contribuinte é dispensado do pagamento de taxas no contencioso administrativo fiscal somente quando a matéria em litígio envolver a restituição de crédito tributário.
- (D) O contencioso administrativo fiscal federal é regido pelas normas previstas para o Processo Judicial Civil, Lei nº 13.105/2015, aplicando-se apenas supletiva e subsidiariamente as disposições contidas no Decreto nº 70.235/1972.
- (E) O processo administrativo fiscal, por ter poder jurisdicional, requer que seus atos sejam praticados no domicílio tributário do sujeito passivo.

Questão 52

Analisar as afirmativas a seguir.

- I. A expressão *termo processual* corresponde à materialização de um ato processual em uma peça escrita, de acordo com o que se acha previsto em lei.
- II. Os atos e termos, quando a lei não prescrever forma determinada, deverão ser concisos, sem espaço em branco e sem entrelinhas, rasuras e emendas não ressalvadas.
- III. Atualmente, todos os processos administrativos fiscais formalizados no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil são digitalizados e controlados em sistema eletrônico específico, o e-Processo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 53

Determinado contribuinte foi cientificado de um lançamento de ofício, por Edital, publicado no Diário Oficial da União no dia 06/01/2025.

JANEIRO							FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
29	30	31	1	2	3	4	26	27	28	29	30	31	1
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
26	27	28	29	30	31	1	23	24	25	26	27	28	1

1 Ano Novo 2025 - Confraternização Universal

Considerando que o prazo para impugnação da exigência é de 30 dias, assinale a opção que indica a data limite para a apresentação da contestação.

- (A) 21/01/2025 – terça-feira.
- (B) 05/02/2025 – quarta-feira.
- (C) 19/02/2025 – quarta-feira.
- (D) 20/02/2025 – quinta-feira.
- (E) 21/02/2025 – sexta-feira.

Questão 54

Um contribuinte pessoa jurídica apresentou uma Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) informando como valor a pagar de determinado tributo o total de R\$ 15.000,00.

O valor declarado foi integralmente pago no prazo previsto na legislação vigente, mas, em procedimento posterior, a Receita Federal detectou que o valor correto devido seria de R\$ 23.000,00.

Nesta situação, considerando-se que a DCTF é considerada instrumento de confissão de dívida tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para cobrança do tributo deve ser efetuado o lançamento de ofício, mediante a lavratura de auto de infração, no valor total de R\$ 23.000,00, uma vez que a importância confessada por intermédio da declaração (R\$ 15.000,00) não dispensa a necessidade de constituição do crédito tributário pelo lançamento.
- (B) Em se tratando de débito originalmente confessado, eventuais diferenças apuradas devem ser enviadas para inscrição em dívida ativa, para imediata constituição do crédito via notificação do lançamento e cobrança judicial.
- (C) O contribuinte deve ser intimado a apresentar declaração retificadora, por se tratar de lançamento por Declaração.
- (D) Deve ser efetuado o lançamento de ofício, mediante a lavratura de auto de infração ou notificação de lançamento, apenas da diferença devida, no valor de R\$ 8.000,00.
- (E) A fazenda pública não poderá mais efetuar a cobrança da diferença devida (R\$ 8.000,00), uma vez que o valor declarado foi extinto por pagamento.

Questão 55

Sobre as medidas de arrolamento de bens e cautelar fiscal, avalie as proposições a seguir.

- I. O arrolamento de bens é uma medida administrativa criada para garantir o crédito tributário constante dos lançamentos efetuados pela RFB, independentemente do seu valor.
- II. Ambas as medidas de cautelar fiscal e de arrolamento de bens devem passar pela aprovação prévia do Poder Judiciário antes das suas proposições.
- III. A medida cautelar fiscal pode ser aplicada no decurso do processo administrativo, caso o contribuinte intente desfazer-se de seus bens arrolados sem comunicação prévia à Receita Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 56

Quanto ao contencioso administrativo no âmbito da RFB, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pelo Decreto nº 70.235, todas as decisões administrativas de primeira instância devem possibilitar recurso voluntário ao Carf, sob pena de nulidade.
- (B) Para processos de pequeno valor, assim definidos como aqueles cujo crédito tributário seja superior a 60 salários mínimos, a decisão de primeira instância é proferida de forma monocrática.
- (C) Os processos cujo valor seja superior a 60 salários mínimos seguem o rito ordinário, com o julgamento em primeira instância sendo proferido pelas turmas ordinárias de julgamento e a decisão de segunda instância sendo proferida pelo Carf.
- (D) O recurso voluntário não tem prazo para sua interposição, podendo ser apresentado a qualquer tempo pelo contribuinte, desde que não tenha havido ainda a inscrição em dívida ativa da União.
- (E) A apresentação da impugnação inicia a fase contenciosa do processo administrativo fiscal, devendo o contribuinte ser cientificado de que há necessidade do acompanhamento profissional de um advogado para sua apresentação.

Questão 57

Quanto ao julgamento do processo, é correto afirmar que

- (A) os processos devem ser julgados em rígida ordem cronológica, em observância ao princípio da isonomia entre os contribuintes.
- (B) os processos em que estiverem presentes circunstâncias de existência de crime contra a ordem tributária devem ser remetidos imediatamente ao Juízo Penal para decisão, independentemente da natureza da infração cometida.
- (C) os processos que tenham medida cautelar fiscal ou arrolamento de bens não devem ser priorizados, vez que o crédito tributário está garantido com aquelas medidas.
- (D) os processos de alto valor, assim entendidos aqueles definidos em ato do ministro de Estado da Fazenda, terão prioridade no seu julgamento.
- (E) os processos de compensação de débito tributário somente terão prioridade na sua apreciação se tiverem valor superior a R\$ 30 milhões.

Questão 58

Quanto ao julgamento do processo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio do contraditório e da ampla defesa impede a formalização de auto de infração complementar, devendo o processo ser julgado no estado em se encontra.
- (B) Diligência e perícias somente podem ser autorizadas se forem requeridas pelo contribuinte.
- (C) A realização de perícia deve ser requerida com a apresentação dos motivos justificadores da sua solicitação, acompanhada da formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, sob pena de ser considerada não formulada pelo órgão julgador.
- (D) O princípio da livre convicção implica na desobrigação do julgador em fundamentar sua decisão, pois este tem fé pública no que decidir.
- (E) O recurso de ofício somente é aplicável aos julgamentos que deferirem pedido de restituição de valores superiores a R\$ 15 milhões.

Questão 59

Acerca do *julgamento em instância especial*, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O recurso especial será apresentado pelo procurador da fazenda nacional somente em casos de decisão contrária à lei ou a evidência de prova.
- () O prazo para interposição do recurso especial é de 30 dias a contar da ciência do acórdão recorrido.
- () Em casos de decisão que negou ou deu provimento ao recurso de ofício não cabe a interposição de recurso especial.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – F.

Questão 60

Sobre o *processo judicial tributário*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação declaratória fiscal é de iniciativa exclusiva da Fazenda Pública, visando reafirmar seu entendimento em relação à interpretação da legislação tributária pelo Poder Judiciário.
- (B) A impetração do mandado de segurança deve respeitar o prazo máximo de 120 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, sob pena de extinção do direito a sua impetração.
- (C) A liminar concedida em mandado de segurança preventivo impede a formalização do lançamento para constituição do crédito tributário exigido enquanto perdurar sua eficácia.
- (D) Na ação de repetição de indébito apenas se declara o direito ao contribuinte de receber os valores do pagamento indevido, devendo este, contribuinte, a partir daí, recomeçar o pedido administrativo de restituição na esfera administrativa.
- (E) A cautelar fiscal é uma ação judicial de iniciativa do contribuinte, visando a coibir excessos da administração tributária cometidos em procedimentos administrativos fiscais.

Realização

